



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RELATÓRIO E PARECER

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 1/XII - "ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2021"**

12 de fevereiro de 2021



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 12 de fevereiro de 2021, com recurso a meios telemáticos.

Da agenda da reunião constava, na sequência do solicitado por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a apresentação, apreciação e emissão de parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 1/XII - “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021”.

A supramencionada Proposta de Resolução foi enviada, no dia 9 de fevereiro de 2021, à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para relato e emissão do respetivo parecer.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro (Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 3/2009/A, de 6 de março, e n.º 43/2012/A, de 9 de outubro, a elaboração do Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores cabe ao Setor Financeiro, sob a coordenação do Conselho Administrativo.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, a matéria em apreço é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Capítulo III
APRECIÇÃO DA INICIATIVA

O Setor Financeiro, sob orientação do Conselho Administrativo, concluiu em 20 de janeiro de 2021 a elaboração da proposta de “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021”.

A proposta de Orçamento foi objeto de Visto da Mesa da Assembleia em 4 de fevereiro de 2021, tendo sido posteriormente remetida à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para análise e emissão de parecer.

O valor global das receitas e despesas orçamentadas é de € 12.649.000,00.

Capítulo IV
AUDIÇÕES, PARECERES E CONTRIBUTOS DE OUTRAS ENTIDADES

Audição do Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

A Comissão procedeu à audição do Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na reunião de 12 de fevereiro de 2021.

A Presidente da Comissão, Deputada Bárbara Chaves, procedeu ao enquadramento da audição e, de seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção referindo que o Orçamento apresentado foi elaborado pelos serviços com a coordenação do Conselho Administrativo, com os contributos da Mesa e foi aprovado, neste órgão, por unanimidade. Continuou referindo que “o orçamento da Assembleia para este ano foi elaborado procurando, por um lado, gerir com rigor os recursos financeiros da Região que são colocados ao nosso dispor, como tem sido reconhecido pelo Tribunal de Contas e, por outro, procurando capacitar a Assembleia para a tornar num órgão cada vez mais eficaz, mais transparente e próximo dos cidadãos.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Disse que o valor do orçamento para este ano é de 12 milhões 649 mil euros e que este valor é um pouco inferior ao do ano anterior, o que dá bem nota do esforço que é necessário fazer num contexto em que o quadro parlamentar resultante das últimas eleições regionais é mais plural, com mais grupos e representações parlamentares. Neste sentido, acrescentou, que embora fosse exetável que o orçamento da Assembleia crescesse, foi intenção dar este sinal de contenção e de rigor particularmente no momento difícil que atravessamos.

O Senhor Presidente ainda referiu que para além do rigor, outra marca deste orçamento é a corresponsabilização porque para que a sua execução tenha sucesso requer o esforço de todos e disse: “Da presidência, dos serviços, mas também de todas as senhores e senhores deputados. Aproveito, por isso, para deixar aos colegas um apelo ao esforço de contenção de cada um, desde logo, na utilização e potenciação dos meios telemáticos que temos ao nosso dispor sempre que tal seja possível e adequado.”

Disse ainda ser um orçamento que tem um aumento das despesas com pessoal especialmente devido à inscrição de um valor para pagamento de subsidio de reintegração a alguns senhores deputados que terminaram recentemente as suas funções e que ainda têm direito ao mesmo, ao aumento de pessoal administrativo afeto aos novos grupos e representações parlamentares e ao reforço de pessoal na seção de apoio parlamentar que era uma necessidade e que face ao elevado número de iniciativas que estão a entrar no Parlamento ainda se pode revelar insuficiente. Ainda referiu que existe também um aumento do valor afeto à Caixa Geral de Aposentações devido a alguns acertos da lei e ao acréscimo de mais um subvencionado.

Explicou que, de uma forma geral, do Plano de Atividades para 2021 que também foi remetido à Comissão destaca as obras de adaptação que estão a decorrer na sede para acomodar os novos grupos e representações com a dignidade que merecem. Neste domínio também pretendemos dar alguma prioridade à delegação em S. Miguel com a construção de uma nova área de gabinetes parlamentares, melhoramento dos espaços afetos aos colaboradores, construção de um acesso para pessoas com mobilidade reduzida e obras de manutenção do edifício procurando debelar alguns problemas de infiltrações. Estão igualmente a decorrer obras de adaptação na delegação de S. Jorge e será adquirido algum mobiliário para o mesmo. Referiu também que existe a pretensão de dar continuidade às obras no antigo Conservatório



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

da Horta, edifício anexo à sede e onde se irá instalar o Museu do Parlamento e a Biblioteca da Assembleia e ainda alguns serviços.

Acrescentou ainda que existe também o objetivo de reforçar a segurança das instalações dando, nesta fase, prioridade às delegações da ilha Terceira e de S. Miguel com a instalação de um sistema de videovigilância controlado a partir da sede.

A finalizar fez referência a mais dois objetivos que reporta como importantes. A alteração da orgânica da Assembleia, procurando dotá-la de maior capacidade técnica e de uma melhor organização para melhor apoiar o trabalho parlamentar, bem como a realização de algumas iniciativas que visam aproximar o Parlamento de todas as ilhas e dos cidadãos, como seja, por exemplo, a renovação do site tornando-o mais apelativo e interativo.

Capítulo V
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emitiu parecer favorável quanto à iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emitiu parecer favorável quanto à iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do BE** emitiu parecer favorável quanto à iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PPM** emitiu parecer favorável quanto à iniciativa.

A **Representação Parlamentar do PAN** emitiu parecer favorável quanto à iniciativa

Capítulo VI
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável concluiu que a Proposta de Resolução n.º 1/XII, que aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

está em condições de ser agendada para debate e votação em Plenário, tendo emitido, por unanimidade, parecer favorável à respetiva aprovação.

Santa Cruz das Flores, 12 de fevereiro de 2021.

O Relator,

(José Gabriel Eduardo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

(Bárbara Torres Chaves)